

## CURSO

# Democracia e Políticas Públicas Anticorrupção

A Transparência Internacional - Brasil (TI-Brasil) e a Fundação Konrad Adenauer (KAS) convidam jornalistas, ativistas, membros de organizações da sociedade civil e servidores públicos a se inscreverem no curso “Democracia e Políticas Públicas Anticorrupção”.

Democracia e Políticas Públicas Anticorrupção	
<b>Organizadores</b>	Transparência Internacional – Brasil e Fundação Konrad Adenauer (KAS)
<b>Data</b>	03 a 07 de julho de 2023
<b>Carga horária</b>	15 horas
<b>Ementa</b>	Políticas públicas, aprimoramento democrático e controle da corrupção. O impacto da corrupção nas democracias no mundo e no Brasil. Regulamentação do lobby. Accountability e controle democrático do Ministério Público e do Judiciário. Transparência e democracia interna dos partidos políticos. Acesso à informação, direito à memória e ditadura militar. Transparência parlamentar e devido processo legislativo. Orçamento secreto.
<b>Objetivos</b>	O objetivo do curso é capacitar jornalistas, ativistas e membros de organizações da sociedade civil para compreender e atuar em relação a políticas públicas com efeitos positivos e diretos tanto para o aprimoramento democrático quanto para o controle da corrupção no Brasil. O curso inclui um módulo que enfatiza as tendências na transformação da democracia no mundo e no cenário nacional e um módulo sobre políticas públicas anticorrupção do Brasil. As aulas tratam sobre diferentes atores das instituições democráticas brasileiras, como o Judiciário, o Legislativo e os partidos políticos. Espera-se, ao final do curso, que os alunos estejam melhor capacitados para acompanhar, monitorar e regular as políticas públicas nacionais visando o controle da corrupção e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.
<b>Público-alvo</b>	Jornalistas, ativistas, membros de organizações da sociedade civil e servidores públicos
<b>Formato</b>	O curso contará com 10 (dez) aulas, sendo ministrado inteiramente na modalidade online. As aulas terão duração aproximada de uma hora e meia e serão realizadas de forma síncrona, por meio de plataforma apropriada.
<b>Certificação</b>	Não serão aplicadas avaliações. Contudo, a emissão do certificado de conclusão do curso está condicionada à participação do inscrito em pelo menos 75% das aulas. O certificado será emitido pela organização e enviado após o término das aulas para o e-mail fornecido no momento da inscrição.
<b>Programação</b>	

<b>Aula</b>	<b>Tema</b>	<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Professor</b>
----	Apresentação e Abertura	03/jul	9:00-9:30	Guilherme France (TI-Brasil), Luiz Carlos (KAS)
<b>Módulo 1 – Impactos da corrupção para a democracia</b>				
<b>1</b>	Os impactos da corrupção na democracia brasileira: trajetória e tendências	03/jul	9:30-11:00	Bruno Carazza (Fundação Dom Cabral e Valor Econômico)
<b>2</b>	Tendências globais: erosão da democracia e novas formas de corrupção	03/jul	11:00-12:30	Beatriz Silva da Costa (University of Virginia)
<b>Módulo 2 – Políticas Públicas</b>				
<b>3</b>	Acesso à informação, direito à memória e ditadura militar	04/jul	9:00-10:30	Pedro Henrique Campos (UFRRJ)  Renan Quinalha (Unifesp)
<b>4</b>	Transparência e democracia interna dos partidos políticos	04/jul	10:30-12:00	Marcelo Issa (Movimento Transparência Partidária)
<b>5</b>	Regulamentação do lobby no Brasil: cenário atual e tendências	05/jul	9:00-10:30	Andrea Gozetto (Conexão RIG)
<b>6</b>	Processo legislativo: transparência parlamentar e devido processo legislativo	05/jul	10:30-12:00	Beatriz Rey (Iesp-Uerj e PopVox Foundation)
<b>7</b>	Accountability e controle democrático do Ministério Público	06/jul	9:00-10:30	Fábio Kerche (UNIRIO)
<b>8</b>	Accountability e controle democrático do Judiciário	06/jul	10:30-12:00	Luciano da Ros (UFSC)
<b>9</b>	Orçamento secreto: origem, evolução e impactos para a democracia brasileira	07/jul	9:00-10:30	Élida Graziane (MPC-SP)

<b>10</b>	Aula de Encerramento – “Democracia e corrupção: desafios contemporâneos para o Brasil”	07/jul	10:30-12:00	Beto Vasconcelos (Insper)
----	Encerramento	07/jul	12:00-12:30	Guilherme France (TI-Brasil), Luiz Carlos (KAS)

#### Processo seletivo

<b>Vagas</b>	90 vagas
<b>Inscrições</b>	As inscrições devem ser realizadas por meio do formulário online < <a href="https://tibrasil.typeform.com/to/pQGSag4V">https://tibrasil.typeform.com/to/pQGSag4V</a> >, disponível no site da TI-Brasil, até o dia <b>13 de junho de 2023</b> .
<b>Critério de seleção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É essencial que o candidato disponha de, ao menos, três horas por dia para se dedicar às aulas do curso;</li> <li>• O processo seletivo buscará observar a diversidade racial e de gênero, bem como incluir participantes de todas as regiões do país;</li> <li>• Serão priorizadas as candidaturas de jornalistas, ativistas e membros de organizações da sociedade civil que tenham experiência profissional e/ou acadêmica no tema do curso;</li> <li>• Serão priorizadas as candidaturas daqueles ou daquelas que, comparativamente, possuem maior potencial para a aplicação e replicação, prática e teórica, dos conhecimentos trabalhados ao longo do curso</li> </ul>
<b>Resultado do processo seletivo</b>	<p>Todas as inscrições recebidas dentro do prazo serão examinadas por uma comissão composta por representantes da Transparência Internacional – Brasil e de instituições parceiras. O resultado do processo seletivo será tornado público pelo site da TI-BR e os selecionados receberão um e-mail com informações detalhadas sobre o curso e com um pedido de confirmação da participação. Caso o selecionado não confirme a sua participação, será desclassificado. Dessa forma, a organização do curso poderá proceder à chamada de novos alunos para as vagas remanescentes.</p> <p>Eventuais dúvidas deverão ser encaminhadas ao e-mail &lt;<a href="mailto:conhecimento@br.transparency.org">conhecimento@br.transparency.org</a>&gt;, com o assunto “Curso Democracia e Políticas Públicas Anticorrupção”.</p>

#### Perfil dos professores

Bruno Carazza	Professor associado da Fundação Dom Cabral. Pesquisador, é autor do livro “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro” (Companhia das Letras, 2018) e colunista do jornal Valor Econômico, com passagem também pela Folha de S.Paulo. Doutor em Direito Econômico pela UFMG (2016), mestre em Teoria Econômica pela UnB (2003) e bacharel em Ciências Econômicas (1998) e em Direito (2010) pela UFMG. Durante 20 anos, atuou em diversos órgãos da área econômica do governo federal, como Secretaria de Política Econômica (SPE), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e Escola de Administração Fazendária (Esaf, onde foi diretor entre 2017 e 2019).
	Doutoranda em Ciência Política na University of Virginia (EUA). Bacharela em Ciências Sociais (UFMG) e Mestra em Ciência Política (UFMG). Pesquisadora no Quantitative

<p>Beatriz Silva da Costa</p>	<p>Collaborative Initiative (University of Virginia), no Centro de Estudos Legislativos (CEL/UFMG) e Executives, Presidents and Cabinet Politics (PEX/CE/UFMG). Durante a graduação, pesquisou sobre popularidade presidencial e possíveis influências na estrutura administrativa das Presidências na América Latina. Durante o mestrado, realizou um estudo de caso inédito da Controladoria-Geral da União (CGU) para analisar os desenhos institucionais do órgão pelas iniciativas do Poder Executivo que tramitaram na arena legislativa. Durante o doutorado, tem pesquisado sobre corrupção política em processos de licitação e compra da esfera pública brasileira. Tem interesses em accountability; América Latina, burocracia e governança.</p>
<p>Pedro Henrique Campos</p>	<p>Professor do Departamento de História (DHist) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atuando no Programa de Pós-Graduação de História da UFRRJ (PPHR). Possui mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorado em História pela mesma instituição. Em 2015, ganhou o prêmio Jabuti na área de Economia pelo livro “Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)”. Desde 2018, é bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (Faperj) e, desde 2019, bolsista produtividade do CNPq. É um dos coordenadores do LEHI (Laboratório de Economia e História da UFRRJ).</p>
<p>Renan Quinalha</p>	<p>Professor de Direito da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Coordenador Adjunto do Núcleo Trans Unifesp. Doutor em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (IRI - USP). Mestre em Teoria Geral e Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Membro do Conselho de Orientação Cultural do Memorial da Resistência de São Paulo, do Conselho do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp) e do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Advogado inscrito na OAB/SP, Membro da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/SP. Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Preservação da Memória Política. Foi assessor jurídico da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e consultor da Comissão Nacional da Verdade para assuntos de gênero e sexualidade. Foi Visiting Research Fellow no Watson Institute da Universidade de Brown (EUA) pesquisando violência contra a população LGBT no Brasil. Publicou os livros “Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão contra a comunidade LGBT” e co-organizou as obras “Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade”.</p>
<p>Marcelo Issa</p>	<p>Cientista político e advogado. Fundador e Diretor Executivo da Pulso Público - Relações Governamentais. Diretor do Transparência Partidária e Membro do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil. É Mestre em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e possui MBA Executivo em Relações Governamentais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).</p>
<p>Andrea Gozetto</p>	<p>Diretora Executiva da Gozetto &amp; Associados Consultoria Estratégica, com experiência no mercado de Relações Institucionais e Governamentais. Desde 2015 dedica-se a apoiar as áreas de RIG a aprimorar a sua gestão estratégica e a basear suas ações de incidência política em evidências científicas. É idealizadora e CEO do #ConexãoRIG. É idealizadora do MBA em Economia e Gestão – Relações Governamentais e da Formação Executiva Advocacy e Políticas Públicas da FGV/IDE, sendo coordenadora acadêmica em São Paulo. Possui Pós-doutorado em Administração Pública e Governo (FGV/EAESP), Doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP), Mestrado em Sociologia Política (Unesp-Araraquara) e Bacharelado em Ciências Sociais (UFSCar).</p>
<p>Beatriz Rey</p>	<p>Pesquisadora Sênior do Núcleo de Estudos do Congresso Brasileiro (NECON) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Fellow da Fundação POPVOX. Anteriormente, foi Visiting Fellow no SNF Agora Institute na Johns Hopkins University.</p>

	<p>Também trabalhou como assistente legislativa do deputado Gregory W. Meeks na Câmara dos Representantes dos EUA como bolsista do Congresso da APSA de 2021-2022. PhD em Ciência Política pela Maxwell School of Citizenship and Public Affairs na Syracuse University e Mestre em Ciência Política pela University of North Carolina em Chapel Hill. É colaboradora do Projeto Agendas Políticas Brasileiras e colunista do Brazilian Report. Estuda comportamento parlamentar e política legislativa em perspectiva comparativa.</p>
Fábio Kerche	<p>Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisador titular licenciado da Fundação Casa de Rui Barbosa, foi pesquisador visitante na New York University, American University e University of Toronto. Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). É autor de “Virtude e Limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil” (Edusp, 2009) e co-autor de “A Política no Banco dos Réus: A Operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil” (Autêntica, 2022). É um dos organizadores de outros três livros: “Reforma Política e Cidadania” (Fundação Perseu Abramo, 2003), “Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira” (Contracorrente, 2018), e “Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política” (Autêntica, 2021). É pesquisador do INCT/IDDC – Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação.</p>
Luciano Da Ros	<p>Professor adjunto do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atualmente exerce o cargo de Coordenador de Pesquisa. É doutor em Ciência Política pela University of Illinois, Chicago, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS. Realizou pós-doutorado na UFRGS e foi professor adjunto do seu Departamento de Ciência Política. Atualmente, é um dos coordenadores da Área Temática “Política, Direito e Judiciário” da Associação Brasileira de Ciência Política e diretor da Regional Sul da mesma associação. Atua como pesquisador no Núcleo de Estudos sobre Comportamento e Instituições Políticas (NECIP) da UFSC e no Grupo de Pesquisa Instituições Políticas Comparadas (IpoC) da UFRGS. É bolsista de produtividade do CNPq (nível 2) desde 2023. Realiza pesquisa nas áreas de ciência política e políticas públicas, com ênfase na análise de instituições do sistema de justiça e de controle externo e interno da administração pública.</p>
Élida Graziane	<p>Livre-docente em Direito Financeiro pela USP, Doutora em Direito Administrativo pela UFMG com estudos pós-doutorais em Administração pela FGV-RJ, Professora da FGV-SP e Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo. Integrou, como servidora ocupante de cargo efetivo, a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Estado de Minas Gerais. É autora dos livros “Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real” e “Financiamento dos direitos à saúde e à educação: uma perspectiva constitucional”.</p>
Beto Vasconcelos	<p>Advogado graduado e pós-graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). É professor no Curso de Governança e Compliance no Setor Público no Insper e sócio do escritório 'Xavier Vasconcelos Valerim Advogados'. Beto Vasconcelos foi Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e coordenador da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Ele também supervisionou a autoridade central de cooperação internacional em assuntos criminais e civis no Brasil. Beto foi ainda Chefe de Gabinete Adjunto da Presidência da República e Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência, liderando a análise jurídica e a elaboração de atos normativos a serem submetidos ao Presidente. Nesse papel, ele participou diretamente do desenvolvimento de marcos legais para o combate à</p>

	corrupção, à lavagem de dinheiro e aos cartéis (incluindo a Lei de Acesso à Informação Pública, a Lei Anticorrupção, a Nova Lei de Lavagem de Dinheiro, a Nova Lei de Defesa da Concorrência e a Lei de Combate ao Crime Organizado).
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------